



Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Vigésima Primeira Vara Cível de Brasília
Fórum Des. Milton Sebastião Barbosa - Bloco B - Lote 1, 5º Andar, Ala A; Telefone: 3103-6014,
Fax: 3103-0605, Cep: 70094900, Brasília-DF



86
08/21/2013

Folha nº

Destinatário: TWITTER BRASIL REDE DE INFORMACAO LTDA
Endereço: AVENIDA BERNARDINO DE CAMPOS, Nº 98 - 3º ANDAR - PARAISO - SAO PAULO/SP - CEP: 04004-040

MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO - RITO ORDINÁRIO



O Doutor HILMAR CASTELO BRANCO RAPOSO FILHO, Juiz de Direito da Vigésima Primeira Vara Cível de Brasília, DETERMINA que, nos termos dos artigos 221 e 222 do CPC, nos autos da **ACAO SOB RITO ORDINARIO**, Processo: **2013.01.1.085416-8**

Requerente: ANA RITA

Advogado: ALBERTO MACHADO CASCAIS MELEIRO, OAB/DF009334

Requerido: TWITTER BRASIL REDE DE INFORMACAO LTDA

CITE, para tomar ciência da presente ação e, querendo, contestá-la, o:

Requerido: TWITTER BRASIL REDE DE INFORMACAO LTDA

Endereço: AVENIDA BERNARDINO DE CAMPOS, Nº 98 - 3º ANDAR - PARAISO - SAO PAULO/SP - CEP: 04004-040

E INTIME para dar cumprimento às determinações abaixo:

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Recebo a emenda às fls. 104/111. Defiro o pedido de complementação das informações do pólo passivo da ação TWITTER BRASIL REDE DE INFORMACAO LTDA. Anote-se e comunique-se a Distribuição. Cite-se a parte requerida no endereço indicado às fls. 107. (...) Brasília - DF, quinta-feira, 08/08/2013 às 18h39. Hilmar Castelo Branco Raposo Filho Juiz de Direito

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Primeiramente, importante asseverar a competência deste Juízo para analisar o feito, o que se faz em vista do disposto no art. 94, § 3º, do CPC, interpretação conforme julgado no Resp. 1168547 (STJ, Min. Luis Felipe Salomão, 11.05.2010). A autora pede antecipação da tutela para que seja retirado do sítio "Twitter" o texto reproduzido às fls. 91, bem como seja informada a identificação do usuário responsável por tal inserção, além de lhe ser garantido o direito de resposta. Conforme relatado, o material versa sobre fato não verídico e incluído por usuário identificado por "@JoselitoMuller3", sem autorização da autora, o que lhe prejudica a imagem e o exercício de relevante função pública. A verossimilhança das alegações contidas na inicial emana dos documentos às fls. 28/29 e 91 que comprovam a publicação do texto da falsa proposta de lei, bem como dos documentos às fls. 31/90, que demonstram a propagação da notícia na rede mundial de computadores, haja vista os 265 (duzentos e sessenta e cinco) comentários publicados em menos de 72 (setenta e duas) horas. Noutro ângulo, o risco de dano irreparável ou de difícil reparação se evidencia pela alegação de que o provedor armazena os dados cadastrais dos usuários por período limitado de tempo (fls. 16), além do que, tal circunstância ofende a garantia constitucional da vedação ao anonimato e prejudica eventual responsabilização do autor da notícia. Há manifestação da Corte local acerca do assunto: PROCESSO CIVIL. AÇÃO CAUTELAR PREPARATÓRIA. INTERNET. VEICULAÇÃO OFENSIVA. ANONIMATO. IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DO SÍTIO ELETRÔNICO. PROVEDOR. VIABILIDADE. INTERNET. PROTOCOL - IP. QUEBRA DE SIGILO DE INFORMAÇÃO. ANONIMATO. VEDAÇÃO. POSSIBILIDADE. MULTA DIÁRIA. RAZOABILIDADE. 1. A liberdade de expressão, como expressão de direito individual resguardado pela Constituição Federal como viga de sustentação do estado democrático de direito, não traduz exercício ilimitado do direito de livre manifestação do pensamento, encontrando limites justamente na verdade, obstando que fatos sejam distorcidos e modulados de modo a induzir ilações não condizentes com a verdade, que, traduzindo ofensa à honra objetiva do alcançado pela publicação, consubstancia abuso de direito e ato ilícito que autorizam seja mitigado o sigilo. 2. A Constituição Federal, se por um lado protege a livre manifestação do pensamento e o sigilo, por outro, resguarda a vedação ao anonimato e o direito à indenização por ofensa moral - CF, - artigo 5º, incisos IV, X e XII -, resultando que,



Remetido em ____/____/____



Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
 Vigésima Primeira Vara Cível de Brasília
 Fórum Des. Milton Sebastião Barbosa - Bloco B - Lote 1, 5º Andar, Ala A, Telefone: 3103-6014,
 Fax: 3103-0605, Cep: 70094900, Brasília-DF



ponderadas as salvaguardas, que usufruem da condição de garantias individuais, veiculada mensagem reputada ofensiva sob o manto do anonimato fomentado pela rede mundial de computadores, ao ofendido deve ser viabilizada a apreensão da autoria da ofensa de forma a viabilizar a perseguição das medidas cabíveis em face do ofensor. 3. Ponderada a liberdade de expressão com a vedação ao anonimato, sobeja ao ofendido por divulgação eletrônica o direito de valer-se da tutela judicial com o objetivo de identificar o autor da veiculação que reputara ofensiva, viabilizando a adoção das providências cabíveis em face do protagonista do reputado ultrajante, devendo o titular do provedor que hospedara e difundira a difusão reputada ofensiva ser compelido a fornecer os elementos aptos a ensejarem a identificação da autoria do difundido. 4. A cautelar tem natureza meramente acessória e instrumental, estando destinada a servir ao processo principal mediante a preservação da intangibilidade material das partes até que o direito controvertido seja definitivamente resolvido, resultando da sua origem etiológica e destinação instrumental que sua resolução deve ser pautada pela aferição da subsistência da plausibilidade do direito invocado e do risco de advir à parte autora prejuízo grave ou irreparável da negativa da tutela acautelatória pretendida. 5. É legítima a fixação de multa pecuniária destinada a resguardar o cumprimento da cominação de fazer e não fazer, devendo a cominação ser pautada em parâmetro razoável de forma a ser coadunada com sua origem etiológica e destinação, que é simplesmente funcionar como instrumento de assecuração do cumprimento da obrigação e não de fomento de proveito econômico à parte beneficiada pelo provimento, inclusive porque pode ser modificada a qualquer tempo (CPC, art. 461, § 6º). 6. Agravo regimental conhecido e desprovido. (Acórdão n.593333, 20120020092915AGI, Relator: TEOFILO CAETANO, 1ª Turma Cível, Data de Julgamento: 30/05/2012, Publicado no DJE: 12/06/2012. Pág.: 211) De outro modo, tenho que o direito de resposta merece exame mais acurado após a devida instrução, em razão da natureza inovadora da divulgação de informação nas assim chamadas redes sociais. **Com tais fundamentos, defiro parcialmente a antecipação da tutela para o fim de determinar que o réu suspenda a publicação do texto intitulado "Senado aprova pagamento de bolsa mensal de R\$ 2.000,00 para garotas de programa" do endereço <http://twitter.com/JoselitoMuller3> e forneça os dados do autor do referido blog com o respectivo endereço 'IP' (Internet Protocol), conforme documentos de fls. 29/90 dos autos, cujas cópias deverão acompanhar o ofício àquela empresa mantenedora do site, até posterior ordem deste juízo, isto sob pena de aplicação de multa de R\$ 5.000,00, sem prejuízo da adoção de outras medidas.** Notifique-se o réu do encaminhamento da rogatória, comunicando-lhe ainda o teor da decisão por intermédio de mensagem eletrônica nos termos do pedido de fls. 17/22. Cite-se por Carta Rogatória. Brasília - DF, quinta-feira, 20/06/2013 às 14h43. Hilmar Castelo Branco Raposo Filho Juiz de Direito

- * O prazo para contestação será de **15 (quinze) dias**, contados da data da juntada do A.R. (Aviso de Recebimento) ao processo.
- * Não sendo contestada a ação, reputar-se-ão como verdadeiros os fatos articulados pela autora.
- * A parte citada deverá constituir, com a devida antecedência, advogado.

Sede do Juízo

Vigésima Primeira Vara Cível de Brasília
 Fórum Des. Milton Sebastião Barbosa - Bloco B - Lote 1, 5º Andar, Ala "A" - Sala 505
 Telefone: (61) 3103-6014, Fax: (61) 3103-0605, CEP: 70094-900, Brasília-DF
 Horário de Funcionamento: 12h00 às 19h00

O QUE CUMPRAR, na forma da lei. Eu, Rodrigo de Oliveira Wathier, Diretor de Secretaria, subscrevo e assino por determinação do MM. Juiz de Direito.

Brasília/DF, 14 de agosto de 2013. 18:08.

Rodrigo de Oliveira Wathier
 Diretor de Secretaria



Remetido em ____/____/____



SENADO FEDERAL
Advocacia

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ VARA
CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA ESPECIAL DE BRASÍLIA/DF**

A Exma. Senadora da República ANA RITA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 560.477.897-49, domiciliada na Praça dos Três Poderes, Senado Federal, CEP nº 70165-900, Brasília-DF, vem perante Vossa Excelência, através da Advocacia-Geral do Senado Federal, como autorizam a Resolução SF nº 9/97 e o Ato da Comissão Diretora nº 5/2008 (doc. anexo), propor

**AÇÃO ORDINÁRIA DE REMOÇÃO DE ILÍCITO COM PEDIDO
DE TUTELA ANTECIPADA**

em face da empresa *Twitter Inc.*, sediada nos Estados Unidos da América, na cidade de São Francisco, *Folsom Street, 795, Suite 600, CA 94107* (doc. anexo), pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos.



SENADO FEDERAL
Advocacia

1. Dos fatos

A Exma. Senhora Senadora da República Ana Rita, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, vem sendo alvo de graves falsidades perpetradas em perfil contido na rede social *Twitter*.

No endereço eletrônico <http://twitter.com/JoselitoMuller3> (@JoselitoMuller3) foi veiculada inverídica informação, a qual se procurou conferir o caráter de matéria jornalística, como se observa no trecho a seguir reproduzido:

“uma proposta polêmica, de autoria da senadora Ana Rita, do Partido dos Trabalhadores, foi aprovada na tarde de hoje por maioria de votos. Trata-se do pagamento de uma bolsa mensal no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para garotas de programas em todo o país” (doc. anexo).

A partir da mensagem transcrita acima, de 10.5.2013, seguiram-se diversas manifestações, tanto do dono do perfil quanto de seus seguidores. Ela rapidamente se espalhou por diversas redes sociais, como facebook, Orkut, etc., na assustadora velocidade em que tais mensagens se espalham pela rede mundial de computadores, no que os especialistas denominam de “efeito viral”.

Cabe salientar que a mensagem mentirosa sempre esteve associada à Exma. Senadora Ana Rita, apontada como autora do projeto de lei aprovado pelo Senado, conforme amplamente demonstrado no processo administrativo SF nº 014.448/13-0 (doc. anexo).

A assessoria da parlamentar já oficiou a empresa ré, sediada na Califórnia, EUA, para que providencie a exclusão do material inverídico, o que, entretanto, não foi feito até o presente momento.



SENADO FEDERAL
Advocacia

Em paralelo, foi divulgada nota oficial da Senadora da República esclarecendo que jamais foi autora, deliberou ou votou qualquer projeto de lei com tal conteúdo.

Mas o prejuízo é irreversível. É indubitoso que tal situação acarreta nítida e evidente agressão à honra e à imagem da eminente autoridade pública. Em determinado trecho há inclusive menção ao *site* oficial do Senado Federal, tudo com o nefasto desiderato de conferir à página da rede social um verniz de veracidade.

Dessa forma, resta inequívoco que a rede social *Twitter* hospeda perfil com informações falsas, que agredem a honra e a imagem da autora, eis que o usuário do serviço, acobertado pela covardia do anonimato, está veiculando informação falsa e extremamente prejudicial à imagem e à honra da Senadora da República, acerca de aspecto de sua vida pública concernente à sua atuação no Congresso Nacional.

2. Do direito

2.1. Da competência

A presente lide versa sobre ofensa a direito pessoal cometida por pessoa jurídica de direito privado que não possui domicílio ou residência no Brasil. Afasta-se, com isso, a regra geral de competência territorial, segundo a qual a demanda deve ser proposta no foro do domicílio do réu. Incide a regra especial insculpida no § 3º do artigo 94 do Código de Processo Civil, *verbis*:

Art. 94. A ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão propostas, em regra, no foro do domicílio do réu.

§ 3º Quando o réu não tiver domicílio nem residência no Brasil, a ação será proposta no foro do domicílio do autor. Se este também residir fora do Brasil, a ação será proposta em qualquer foro.

AV



SENADO FEDERAL
Advocacia

Forçoso reconhecer, assim, a competência territorial da justiça comum do Distrito Federal (circunscrição judiciária especial de Brasília-DF).

2.2. Da legitimidade passiva *ad causam* do provedor de conteúdo de internet

A rede mundial de computadores, *internet*, é atualmente o espaço por excelência da liberdade de expressão e livre circulação de informações, propiciando um benéfico e salutar incremento da comunicação global.

Diferencia-se dos demais meios de comunicação pelo crescente e incansável dinamismo que rege seu funcionamento, o qual, por basear-se em atos virtuais, despidos de conteúdo material, tem a aptidão de difundir informações para localidades distantes em tempo real e independentemente de filtros ou qualquer tipo de censura prévia.

Embora deva ser festejada pelos inequívocos benefícios que trouxe à sociedade mundial, esse informal e célere meio de comunicação deve ser utilizado com bastante cautela, pois o internauta tem à sua disposição um poderoso – e perigoso – mecanismo de comunicação, podendo, com um leve toque no teclado, propalar informações a milhares de pessoas.

Tudo isto aliado à impressionante velocidade com que este sistema se expande e se desenvolve, propicia a multiplicação, em progressão geométrica, da quantidade de ofensas e violações à honra, imagem e privacidade dos cidadãos.

Por conta disso, tanto doutrina quanto jurisprudência têm se debruçado sobre o tema da responsabilidade civil por danos causados na internet, desenvolvendo mecanismos de combate a essas ilicitudes, tais como ações inibitórias e de remoção do ilícito, tutelas ressarcitórias e mecanismos de quebra do sigilo de dados dos envolvidos, com a finalidade de cessação do ilícito e promoção da responsabilização cível e penal dos responsáveis.



SENADO FEDERAL
Advocacia

Em âmbito jurisprudencial, o Superior Tribunal de Justiça inicialmente reconheceu a possibilidade de bloqueio de comunidades e perfis da rede social *Orkut*, assim como o correlato dever de indenizar pelos danos à honra e imagem decorrentes do ato ilícito perpetrado. É o que se vê aos seguintes excertos exemplares:

5. A internet é o espaço por excelência da liberdade, o que não significa dizer que seja um universo sem lei e inenunciável a responsabilidade pelos abusos que lá venham a ocorrer.

6. No mundo real, como no virtual, o valor da dignidade da pessoa humana é um só, pois nem o meio em que os agressores transitam nem as ferramentas tecnológicas que utilizam conseguem transmutar ou enfraquecer a natureza de sobreprincípio irrenunciável, intransferível e imprescritível que lhe confere o Direito brasileiro.

7. Quem viabiliza tecnicamente, quem se beneficia economicamente e, ativamente, estimula a criação de comunidades e páginas de relacionamento na internet é tão responsável pelo controle de eventuais abusos e pela garantia dos direitos da personalidade de internautas e terceiros como os próprios internautas que geram e disseminam informações ofensivas aos valores mais mezesinhos da vida em comunidade, seja ela real, seja virtual.

8. Essa co-responsabilidade parte do compromisso social da empresa moderna com a sociedade, sob o manto da excelência dos serviços que presta e da merecida admiração que conta em todo mundo é aceita pelo Google, tanto que atuou, de forma decisiva, no sentido de excluir páginas e identificar os gângsteres virtuais. Tais medidas, por óbvio, são insuficientes, já que reprimir certas páginas ofensivas já criadas, mas nada fazer para impedir o surgimento de outras tantas, com conteúdo igual ou assemelhado, é, em tese,



SENADO FEDERAL
Advocacia

estimular um jogo de Tom e Jerry, que em nada remedia, mas só prolonga, a situação de exposição, de angústia e de impotência das vítimas das ofensas (REsp nº 1117633, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, DJe de 26/03/2010).

DIREITO DO CONSUMIDOR E RESPONSABILIDADE CIVIL – RECURSO ESPECIAL –INDENIZAÇÃO - ART. 159 DO CC/16 E ARTS. 6º, VI, E 14, DA LEI Nº 8.078/90 - DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO - SÚMULA 284/STF -PROVEDOR DA INTERNET - DIVULGAÇÃO DE MATÉRIA NÃO AUTORIZADA RESPONSABILIDADE DA EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO – RELAÇÃO DE CONSUMO - REMUNERAÇÃO INDIRETA - DANOS MORAIS – QUANTUM RAZOÁVEL - VALOR MANTIDO (REsp nº 566468, Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI, Quarta Turma, DJe de 23/11/2004).

Posteriormente, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça reviu seu posicionamento para assentar que o provedor de conteúdo – empresa que apenas disponibiliza informações inseridas por terceiros no *site* – não responde objetivamente por danos morais decorrentes de ofensas proferidas em página da *internet*. Reconheceu-se, porém, que o provedor de conteúdo tem o dever de, tão logo tome ciência da existência de conteúdo ilegal, promover sua imediata remoção, bem como de instituir meios de identificação dos seus usuários, de forma a coibir o anonimato, sob pena de responder subjetivamente por culpa *in omittendo*. Eis o teor do Informativo do STJ nº 460, de 13 a 17 de dezembro de 2010:

RESPONSABILIDADE. PROVEDOR. INTERNET.

A Turma negou provimento ao recurso especial originário de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais proposta pela recorrente em desfavor do provedor de rede



SENADO FEDERAL
Advocacia

social de relacionamento (recorrido) sob a alegação de que foi alvo de ofensas proferidas em página da *internet*. Inicialmente, afirmou a Min. Relatora que a relação jurídica em questão constitui verdadeira relação de consumo sujeita ao CDC, mesmo se tratando de serviço gratuito, tendo em vista o ganho indireto alcançado pelo fornecedor. Contudo, consignou que o recorrido, por atuar, *in casu*, como provedor de conteúdo – já que apenas disponibiliza as informações inseridas por terceiros no *site* –, não responde de forma objetiva pelo conteúdo ilegal desses dados. Asseverou que o provedor deve assegurar o sigilo, a segurança e a inviolabilidade dos dados cadastrais de seus usuários, além de garantir o pleno funcionamento das páginas que hospeda, entretanto não pode ser obrigado a exercer um monitoramento prévio das informações veiculadas por terceiros, pois não se trata de atividade intrínseca ao serviço por ele prestado (controle, inclusive, que poderia resultar na perda de eficiência e no retrocesso do mundo virtual), razão pela qual a ausência dessa fiscalização não pode ser considerada falha do serviço. Salientou, ainda, não se tratar de atividade de risco por não impor ônus maior que o de qualquer outra atividade comercial. Todavia, ressaltou que, a partir do momento em que o provedor toma conhecimento da existência do conteúdo ilegal, deve promover a sua remoção imediata; do contrário, será responsabilizado pelos danos daí decorrentes. Nesse contexto, frisou que o provedor deve possuir meios que permitam a identificação dos seus usuários de forma a coibir o anonimato, sob pena de responder subjetivamente por culpa *in omittendo*. REsp 1.193.764-SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 14/12/2010.

Recente acórdão da 3ª Turma do STJ assentou a obrigação do provedor de conteúdo de imediatamente retirar mensagens ofensivas, sob pena de responder solidariamente com o autor direto do dano; também lhe



SENADO FEDERAL
Advocacia

incumbe providenciar a identificação do usuário responsável, mediante apresentação do registro do número de protocolo (IP) do computador utilizado. Senão vejamos:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO DO CONSUMIDOR. PROVEDOR. MENSAGEM DE CONTEÚDO OFENSIVO. RETIRADA. REGISTRO DE NÚMERO DO IP. DANO MORAL. AUSÊNCIA. PROVIMENTO.

(...)

2.- É o provedor de conteúdo obrigado a retirar imediatamente o conteúdo ofensivo, pena de responsabilidade solidária com o autor direto do dano.

3.- O provedor de conteúdo é obrigado a viabilizar a identificação de usuários, coibindo o anonimato; o registro do número de protocolo (IP) dos computadores utilizados para cadastramento de contas na internet constitui meio de rastreamento de usuários, que ao provedor compete, necessariamente, providenciar.

4.- Recurso Especial provido. Ação de indenização por danos morais julgada improcedente.

(REsp 1306066/MT, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/04/2012, DJe 02/05/2012)

A 4ª Turma do STJ segue o mesmo posicionamento, como se infere do seguinte aresto:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. MENSAGENS OFENSIVAS À HONRA DO AUTOR VEICULADAS EM REDE SOCIAL NA INTERNET (ORKUT). MEDIDA LIMINAR QUE DETERMINA AO ADMINISTRADOR DA REDE SOCIAL (GOOGLE) A RETIRADA DAS MENSAGENS OFENSIVAS. FORNECIMENTO POR PARTE DO OFENDIDO DAS URLS DAS PÁGINAS NAS QUAIS FORAM VEICULADAS AS OFENSAS. DESNECESSIDADE. RESPONSABILIDADE TÉCNICA EXCLUSIVA DE QUEM SE BENEFICIA DA AMPLA LIBERDADE DE ACESSO DE SEUS USUÁRIOS.

1. O provedor de internet - administrador de redes sociais -, ainda em sede de liminar, deve retirar informações difamantes a terceiros manifestadas por seus usuários, independentemente da indicação precisa, pelo ofendido, das páginas que foram veiculadas as ofensas (URL's).

2. Recurso especial não provido.



SENADO FEDERAL
Advocacia

(REsp 1175675/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO,
QUARTA TURMA, julgado em 09/08/2011, DJe 20/09/2011)

No mesmo sentido, a doutrina também se inclinou a reconhecer os deveres dos provedores de serviço – dos quais o *Twitter* constitui exemplo – de promover a imediata remoção do conteúdo ilegal, assim como da necessidade de informar os dados cadastrais dos usuários envolvidos no ato ilícito. Nessa linha, a doutrina de Marcel Leonardi, que, pela sutileza de raciocínio, merece destaque (Responsabilidade Civil dos Provedores de Serviços de Internet, Ed. Juarez de Oliveira, p. 91 e 211):

O sigilo dos dados cadastrais e de conexão de um usuário pode ser afastado quando este comete um ato ilícito através da Internet. Em tal situação, os provedores de serviços de Internet têm o dever de informar tais dados, desde que devidamente solicitados por autoridade competente ou desde que autorizada sua divulgação em hipóteses taxativas pelo contrato de prestação de serviços

(...)

Sempre será possível requerer ao Poder Judiciário que, liminarmente ou em antecipação dos efeitos da tutela, remova ou bloqueie o acesso a informações ilícitas disponibilizadas por um provedor de conteúdo em um *web site*, ou armazenadas em um provedor de hospedagem, quando presentes os requisitos previstos para a concessão da medida. Deverá ser requerido também que todos os registros e demais dados necessários à identificação e localização do responsável sejam preservados pelos provedores respectivos, de modo a possibilitar o ajuizamento de ação cabível posteriormente.

No presente caso, não obstante o provedor de conteúdo já ter tomado ciência da ilegalidade do conteúdo que hospeda, mediante denúncia expressa formulada pela parte autora, não cuidou de providenciar a exclusão

am



SENADO FEDERAL
Advocacia

solicitada, tampouco apurou a responsabilidade do usuário responsável pela fraude.

Convém anotar, por fim, que a 3ª Turma do STJ assentou, em caso semelhante ao vertente, o interesse processual consistente na necessidade da prestação jurisdicional no que toca à quebra do sigilo dos usuários responsáveis:

RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - INFORMAÇÕES ACERCA DA ORIGEM DE MENSAGENS ELETRÔNICAS DIFAMATÓRIAS ANÔNIMAS PROFERIDAS POR MEIO DA INTERNET - LIDE CONTEMPORÂNEA - POSSIBILIDADE DE IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR - ACESSO AOS DADOS CADASTRAIS DO TITULAR DE CONTA DE E-MAIL - MANDADO JUDICIAL - NECESSIDADE - SIGILO DE DADOS - PRESERVAÇÃO - ÔNUS SUCUMBENCIAIS - CONDENAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE RESISTÊNCIA DO PROVEDOR - PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE - AFASTAMENTO - NECESSIDADE - RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

I - A presente controvérsia é uma daquelas questões que a vida moderna nos impõe analisar. Um remetente anônimo utiliza-se da Internet, para e por meio dela, ofender e denegrir a imagem e reputação de outrem. Outrora, a carta era um dos meios para tal. Doravante, o e-mail e as mensagens eletrônicas (SMS), a substituíram. Todavia, o fim continua o mesmo: ofender sem ser descoberto. O caráter anônimo de tais instrumentos pode até incentivar tal conduta ilícita. Todavia, os meios existentes atualmente permitem rastrear e, portanto, localizar o autor das ofensas, ainda que no ambiente eletrônico.

(...)

IV - Na espécie, contudo, não houve qualquer resistência da ora recorrente que, inclusive, na própria contestação, admitiu a possibilidade de fornecer os dados cadastrais, desde que, mediante determinação judicial, sendo certo que não poderia ser compelida, extrajudicialmente, a prestar as informações à autora, diante do sigilo constitucionalmente assegurado.

(REsp 1068904/RS, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/12/2010, DJe 30/03/2011)



SENADO FEDERAL
Advocacia

Dessa forma, face às graves agressões perpetradas aos direitos da personalidade da autora, bem como da inércia do provedor de conteúdo, que, mesmo diante da formulação de denúncia da falsidade, não promoveu a imediata remoção do conteúdo ilícito da rede social, faz-se imperiosa a pronta intervenção do Poder Judiciário para tutelar a honra e a imagem da Senadora da República, mediante provimento determinando a remoção do conteúdo ilícito e a remessa dos dados cadastrais, sobretudo o endereço IP, do usuário responsável pela fraude.

2.3. Da ilicitude do conteúdo eletrônico

Os usuários da rede social *Twitter* possuem o direito de manifestar-se livremente, podendo inclusive criar perfis para parodiar ou homenagear pessoas de notoriedade pública. Devem observar, entretanto, os limites da razoabilidade e, sobretudo, respeitar os direitos da personalidade de quem quer que seja.

Tais limites não têm sido observados pelo dono do perfil em comento, que, acobertado pelo escudo do anonimato, está veiculando informação falsa e extremamente prejudicial à imagem e à honra da Senadora da República, acerca de aspecto de sua vida pública concernente à sua atuação no Congresso Nacional.

A esse respeito expressamente dispôs o art. 5º, X, da Constituição Federal:

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

Assim, salta aos olhos a gravidade do ilícito perpetrado. Além das ofensas dirigidas à pessoa da parlamentar, atingiram também o órgão político no qual atua. Isso porque o Senado já participa oficialmente das redes sociais *Twitter* e *Facebook*, mediante notícias da Agência Senado. *asv*



SENADO FEDERAL
Advocacia

A fraude em questão, ao pretender adotar uma narrativa jornalística, incute nos destinatários da mensagem a crença de ser verdadeira.

A gravidade do prejuízo aumenta na medida em que as mensagens mentirosas dizem respeito à atuação pública de Senadora da República que teria culminado com a aprovação de um projeto de lei pelo Congresso Nacional.

O conteúdo impugnado não consiste em uma opinião (o que poderia estar albergado, a priori, sob o âmbito de proteção da liberdade de expressão). Tampouco se caracteriza como um comentário meramente crítico, irônico, sarcástico, debochado ou pretensamente humorístico. Antes apresenta fatos falsos, sabidamente falsos, desde o início, pelo dono do perfil social do twitter.

Resta claro que o caso concreto passa longe da hipótese em que o jornalista, imbuído de boa-fé e no exercício regular do direito/dever de informar, divulga informação que, embora proveniente de fonte minimamente confiável, posteriormente revela-se equivocada.

Há também que se destacar a proibição do anonimato, disposta no art. 5º, IV, da Constituição Federal, de seguinte teor:

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.

A vedação ao anonimato não se restringe a obras literárias ou de imprensa, podendo perfeitamente ser aplicada a mensagens eletrônicas. Nesse sentido a doutrina de Alexandre de Moraes:

A proibição ao anonimato é ampla, abrangendo todos os meios de comunicação (cartas, matérias jornalísticas, informes publicitários, mensagens na Internet, notícias radiofônicas ou televisivas, por exemplo). Vedam-se, portanto, mensagens apócrifas, injuriosas, difamatórias ou caluniosas. A finalidade constitucional é destinada a evitar manifestação de opiniões fúteis, infundadas, somente com o intuito de desrespeito à vida privada, à intimidade, à honra de outrem: ou ainda, com a



SENADO FEDERAL
Advocacia

intenção de subverter a ordem jurídica, o regime democrático e o bem estar social. (MORAES, Alexandre. "Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional." - 2ª ed. - São Paulo : Atlas, 2003, pág.: 207.) (grifos e negritos meus).

Lado outro, as mensagens falaciosas violam a honra (objetiva e subjetiva) da parte autora, bem jurídico tutelado pelo Código Penal, *ex vi* dos artigos 138 e seguintes, cabendo reproduzir especialmente:

Difamação

Art. 139 - Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

Injúria

Art. 140 - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

Ao veicular matéria sabidamente falsa, com inegável conteúdo negativo frente à opinião pública e associá-la à imagem da autora, Senadora da República Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, o inequívoco escopo do dono do perfil hospedado pela parte ré foi o de causar dano, mais especificamente à imagem e à honra da autoridade pública.

Tal conduta não se encontra inserida no âmbito de proteção da liberdade de expressão, cujo limite expresso é justamente a vedação ao anonimato. Houve exercício abusivo da liberdade de expressão, repudiada pelo ordenamento jurídico, tal como se vê da tipificação penal *supra* transcrita.

Do exposto, face às violações ao art. 5º, IV e X, da Constituição Federal e aos arts. 139 e 140 do Código Penal, resta patente a ilicitude dos conteúdos hospedados na rede social *Twitter*, a legitimar a imediata concessão das tutelas judiciais a seguir pleiteadas.



SENADO FEDERAL
Advocacia

2.4. Da concessão de tutela antecipada

As demandas cujo objeto consiste em pedido de condenação a obrigação de fazer possuem regramento específico previsto no art. 461 do Código de Processo Civil, *verbis*:

Art. 461. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático ao do inadimplemento."

§ 1º A obrigação somente se converterá em perdas e danos se o autor o requerer ou se impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente. (Incluído pela Lei nº 8.952, de 1994)

§ 2º A indenização por perdas e danos dar-se-á sem prejuízo da multa (art. 287). (Incluído pela Lei nº 8.952, de 1994)

§ 3º Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou mediante justificação prévia, citado o réu. A medida liminar poderá ser revogada ou modificada, a qualquer tempo, em decisão fundamentada. (Incluído pela Lei nº 8.952, de 1994)

§ 4º O juiz poderá, na hipótese do parágrafo anterior ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando-lhe prazo razoável para o cumprimento do preceito. (Incluído pela Lei nº 8.952, de 1994)

§ 5º Para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial. (Redação dada pela Lei nº 10.444, de 2002)

§ 6º O juiz poderá, de ofício, modificar o valor ou a periodicidade da multa, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva. (Incluído pela Lei nº 10.444, de 2002)

all



SENADO FEDERAL
Advocacia

O ordenamento jurídico outorgou instrumentos ao magistrado para que, ao julgar procedente o pedido, conceda a tutela específica da obrigação de fazer pleiteada ou determine providências aptas a assegurar um panorama próximo ao do adimplemento.

Contudo, nada impede que, antes mesmo do julgamento do mérito, seja concedida a tutela antecipada da obrigação de fazer, notadamente quando presentes os requisitos da verossimilhança das alegações e do fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, nos termos do art. 273 do Código de Processo Civil, a seguir reproduzido:

Art. 273. O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e:

I - haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou

Resta inequívoco o atendimento dos pressupostos legais na espécie. A verossimilhança das alegações queda-se comprovada pela flagrante violação aos arts. 5º, IV e X, da Constituição Federal e 139 e 140 do Código Penal.

No que tange ao fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, basta lembrar que o conteúdo lesivo ainda não foi removido, o que faz perdurar no tempo as ofensas aos direitos da personalidade da autora. Por tal razão, revela-se imprescindível a imediata concessão de tutela antecipada para remoção do ilícito.

No caso vertente, a tutela antecipada igualmente se presta para a quebra do sigilo do responsável pela fraude e remessa de seus dados cadastrais.

É que a Twitter Inc. apenas armazena os dados cadastrais dos usuários por um período limitado de tempo, sendo indispensável a concessão de liminar para a imediata remessa das informações confidenciais do usuário. A esse respeito confira-se o seguinte trecho do documento anexo à exordial:



SENADO FEDERAL
Advocacia

"Informações Armazenadas

O Twitter armazena diferentes tipos de informações para diferentes períodos. Dado ao fato de que o Twitter é um veículo de informações em tempo-real, algumas informações são armazenadas somente por um breve período".

Igualmente se insere no âmbito da antecipação de tutela o pedido para que a ré franqueie o exercício do direito de resposta, proporcional ao prejuízo causado, à autora.

Assim, face ao risco de perda dos dados que possam levar à descoberta dos responsáveis pela fraude, bem como diante da necessidade de imediata remoção do ilícito, urge a concessão da tutela antecipada, sem prévia oitiva da ré, para:

(i) imediata remoção do conteúdo do perfil [@JoselitoMuller3](http://twitter.com/JoselitoMuller3);

(ii) quebra do sigilo do responsável pela criação do respectivo perfil, com a consequente remessa das informações confidenciais do usuário ao r. Juízo, a fim de viabilizar posterior promoção da responsabilidade cível e criminal do infrator;

(iii) disponibilizar no perfil social em epígrafe espaço para exercício do direito de resposta da autora.

Em caso de descumprimento da ré à decisão antecipatória da tutela ora postulada, impõe-se a cominação de multa diária (*astreinte*), a ser fixada segundo prudente valoração do íncrito magistrado, com apoio no art. 461, §§ 5º e 6º, do Código de Processo Civil, *suso* transcritos.

2.5. Notificação eletrônica da concessão de medida liminar

Por derradeiro, necessário tecer algumas considerações acerca do procedimento de notificação das decisões judiciais.



SENADO FEDERAL
Advocacia

Em princípio, o ajuizamento da presente medida esbarra em graves obstáculos à sua fluidez e celeridade de tramitação, eis que a empresa *Twitter Inc.*, ao contrário de outras redes sociais, não possui sede no território brasileiro. De fato, tal como descrito em sua página oficial - <http://twitter.com/about/contact> - a empresa possui sede em São Francisco, estado da Califórnia, nos Estados Unidos da América, inexistindo menção a órgãos de representação no território brasileiro.

Esta constatação, se num primeiro momento não implica óbice ao pleito judicial, por outro leva inexoravelmente à utilização do procedimento de citação por carta rogatória, mediante o qual o magistrado brasileiro deve, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, solicitar às autoridades estadunidenses que procedam à citação da empresa para, caso queira, constituir patrono no território brasileiro e resistir à pretensão autoral.

Esta técnica de citação e comunicação de atos decisórios, embora resguarde a soberania dos Estados envolvidos, impondo ao juiz nacional o dever de requerer a intervenção da Justiça estrangeira para a citação de réu domiciliado na área de jurisdição alienígena, implica grave retardamento no trâmite processual, esvaziando qualquer utilidade que possa existir na postulação da tutela de urgência.

De fato, o estabelecimento de comunicação oficial entre a Justiça brasileira e a dos Estados Unidos da América constitui procedimento formal e que exige a intervenção, inclusive, dos Ministérios das Relações Exteriores de ambos os países, sendo significativo o lapso temporal necessário à efetivação da citação mediante carga rogatória, o que, no mais das vezes, desestimula a propositura de ações judiciais contra réus domiciliados em países estrangeiros.

Se por um lado a comunicação dos atos judiciais via carta rogatória possa desestimular a propositura da ação civil de remoção do ilícito, por outro existem mecanismos aptos a contornar a morosidade que prejudica o procedimento mencionado.



SENADO FEDERAL
Advocacia

Com efeito, no sítio eletrônico da ré há notícia de uma política de colaboração com as Justiças dos países abrangidos pelos seus serviços.

Mediante pesquisa ao endereço eletrônico <http://support.twitter.com/articles/297661-diretrizes-para-o-cumprimento-da-lei> é possível conhecer os termos desta política de colaboração, denominada *Law Enforcement*. Como as informações estão disponíveis em vernáculo, pede-se vênica para transcrever os seus trechos mais relevantes:

O acesso a informações confidenciais dos usuários é obtidos somente através de Mandado Judicial.

Em conformidade com a nossa Política de Privacidade e Termos de Serviço, as informações confidenciais dos usuários serão reveladas salvo mediante expedição de Mandado Judicial. Algumas informações são armazenadas automaticamente pelo nosso sistema e outras são fornecidas pelos usuários. É importante ressaltar que o Twitter não exige verificação de e-mail ou de autenticidade de identidade para a inscrição de contas, salvo nos casos de Contas Verificadas, identificadas pelo selo azul de verificação do Twitter.

Informações Armazenadas

O Twitter armazena diferentes tipos de informações para diferentes períodos. Dado ao fato de que o Twitter é um veículo de informações em tempo-real, algumas informações são armazenadas somente por um breve período.

Os Mandados Judiciais serão aceitos somente se emitidos no papel timbrado do órgão emissor, e devem incluir um endereço de e-mail válido para contato. Os Mandados Judiciais podem ser enviados nas formas abaixo descritas.

(...)

Solicitação de Informações de Usuários

O Twitter, Inc. é localizado nos Estados Unidos da América, na cidade de São Francisco, estado da Califórnia, em razão disso, *amv*



SENADO FEDERAL
Advocacia

responderá tais pedidos com respaldo legal nos ordenamentos jurídicos dos Estados Unidos da América.

O Twitter aceita o envio de Mandados Judiciais via correio ou fax. A aceitação de recebimentos através dos mencionados meios é tão somente por conveniência, não implicando na renúncia de quaisquer direitos. O pedido deverá incluir a URL do perfil em questão (por exemplo: <http://twitter.com/safety> o nome de usuário @safety), e detalhes sobre as informações solicitadas.

O Twitter efetua a maior parte das correspondências via e-mail, assim sendo, por favor inclua um endereço de e-mail válido para que possamos contatá-lo. Nosso e-mail de contato para estes casos é lawenforcement@twitter.com

Um fax poderá ser enviado em atenção e nossa equipe Trust & Safety, no seguinte número: 1-415-222-9958.

Ou ainda, você poderá enviar o Mandado Judicial via correio, para o seguinte endereço:

Twitter, Inc.
795 Folsom Street
Suite 600
San Francisco, CA 94107

Serão somente aceitos os e-mails emitidos por Órgãos do Poder Judiciário ou da Polícia. Todos os demais e-mails serão desconsiderados. Pedidos de ajuda relacionados a suporte ou qualquer outro assunto, deverão ser submetidos através da Central de Ajuda do Twitter. (<http://support.twitter.com>).

A *Twitter Inc.* possibilita a remessa de mandado judicial por correio eletrônico ou fac-símile, inaugurando uma via paralela à ordinária notificação mediante carta rogatória. Esta alternativa, por ser mais rápida e eficaz, homenageia e concretiza os princípios da eficiência e da celeridade que, por determinação constitucional, regem a atividade de todo e qualquer órgão jurisdicional.

Tal possibilidade, inclusive, se coaduna com a evolução da legislação processual brasileira, que aponta para a necessidade de



SENADO FEDERAL
Advocacia

informatização dos procedimentos judiciais, a demonstrar uma forte tendência no sentido da utilização dos modernos instrumentos da informática em benefício da célere e eficaz prestação jurisdicional.

É que o se nota, por exemplo, nas alterações empreendidas pela Lei nº 11.419/2006 no Código de Processo Civil, que, entre outras coisas, possibilitou a realização de intimações e citações de forma eletrônica. Confira-se o teor dos dispositivos:

Art. 221. A citação far-se-á:

(...)

IV - por meio eletrônico, conforme regulado em lei própria.

Art. 237. (...)

Parágrafo único. As intimações podem ser feitas de forma eletrônica, conforme regulado em lei própria.

Como se vê, o Congresso Nacional, atento à necessidade de complementar e dar efetividade ao princípio da duração razoável dos processos, implementou uma série de modificações legislativas para efetivar a digitalização e a informatização dos processos judiciais, de modo a possibilitar que o magistrado utilize, se possível, dos modernos mecanismos da informática para agilizar o desempenho de seu mister.

Dessa forma, nada obsta que o d. juízo conceda a medida liminar requerida, *inaudita altera part*, para a retirada do conteúdo ilícito da rede social, bem como para a quebra do sigilo do responsável pela fraude, determinando, a par dos métodos tradicionais de comunicação judicial – carta rogatória – o deferimento da tutela de urgência seja imediatamente comunicado a *Twitter Inc.* por fac-símile, correio eletrônico ou correio convencional, nos termos acima descritos.

Também há de ser determinada a imediata publicação da resposta anexa, para assegurar a efetividade da tutela jurisdicional vindicada, já que o transcurso do tempo até a sentença impedirá o retorno das partes ao *status quo ante*, porque se a resposta somente for divulgada ao final do



SENADO FEDERAL
Advocacia

processo, não terá efeito prático de afastar a falsidade da notícia ofensiva publicada em desfavor da autora.

3. Dos pedidos

Em face do exposto, requer-se:

a) a concessão de tutela antecipada *inaudita altera part*, para determinar que:

a.1) a ré proceda à imediata remoção do perfil <http://twitter.com/JoselitoMuller3> (@JoselitoMuller3);

a.2.) efetive a quebra do sigilo do responsável pela criação do perfil acima indicado, em especial os respectivos endereços IP (Internet Protocol), com a consequente remessa das informações confidenciais do usuário ao d. Juízo, a fim de que seja, posteriormente, promovida a responsabilidade cível e criminal do infrator;

a.3.) a cominação de multa diária em caso de descumprimento pela ré de decisão antecipatória da tutela;

a.4) divulgar no perfil social em epígrafe a nota elaborada pela Senadora, em anexo, para exercício do seu direito de resposta, pelo mesmo período de tempo que a falsa notícia constou do sítio eletrônico de responsabilidade da ré.

b) a citação da ré para que, querendo, conteste a demanda, sob pena de revelia;

c) a produção de todos os meios de prova admitidos, em especial o documental;

d) a condenação da parte ré aos ônus sucumbenciais;



SENADO FEDERAL
Advocacia

d) que as notificações e intimações sejam feitas em nome dos Advogados do Senado Federal: Dr. Alberto Machado Cascais Meleiro (OAB 9.334/DF), Dr. Rômulo Gobbi do Amaral (OAB 31.995/DF), Dr. José Alexandre Lima Gazineo (OAB 8710/BA), Dr. Fernando Cesar Cunha (OAB 31.546/DF).

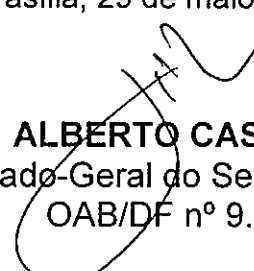
e) sejam, ao final, julgados totalmente procedentes os pedidos, confirmando-se a tutela antecipada, a fim de remover em caráter definitivo o conteúdo ilegal da rede social, determinar a remessa ao juízo dos dados cadastrais do usuário envolvido na fraude, em especial o respectivo endereço IP (*Internet Protocol*) e disponibilizar no perfil social em epígrafe espaço para exercício do direito de resposta da autora.


Protesta provar os fatos narrados pela prova documental anexa, extraídas dos sítios eletrônicos acima indicados, bem como pelas demais provas admitidas no ordenamento jurídico.


Dá-se à causa o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Nesses termos, pede deferimento.

Brasília, 29 de maio de 2013.


ALBERTO CASCAIS
Advogado-Geral do Senado Federal
OAB/DF nº 9.334


EDUARDO PEDROTO DE A. MAGALHÃES
Advogado do Senado
OAB/RJ nº 147.769


RÔMULO GOBBI DO AMARAL
Advogado-Geral Adjunto
OAB/DF 64.545



SENADO FEDERAL
Advocacia

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 21ª VARA CÍVEL DA
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA ESPECIAL DE BRASÍLIA/DF

TJDFT - Circunscrição Judiciária de **BRASÍLIA**
Comprovante de recebimento de Petição
Número do Protocolo: **2013.01.006317290** Data e Hora: 06/08/2013 17:46
Tipo de Peticionante: Autor
Recebido em: Serviço de Protocolo Integrado - SERPRI
Processo: 2013.01.1.085416-8 (Res.65 - CNJ: 0022051-79.2013.8.07.0001)



Processo nº 2013.01.1.085416-8 (0022051-79.2013.8.07.0001-CNJ)

Autora: Ana Rita Esgário

Réu: Twitter Inc.

A Exma. Senadora da República ANA RITA ESGÁRIO (doravante denominada "autora"), já devidamente qualificada nos autos em epigrafe, vem perante Vossa Excelência, através da Advocacia-Geral do Senado Federal, como autorizam a Resolução SF nº 9/97 e o Ato da Comissão Diretora nº 5/2008 (já juntados aos autos), em cumprimento ao despacho disponibilizado no DJe em 26.7.2013, expor e requerer o que segue.

1. Do polo passivo da demanda

Quando do ajuizamento da presente demanda, não havia sido localizado o domicílio da empresa *Twitter* no Brasil, circunstância que levou ao direcionamento do pleito em face da matriz da referida empresa, situada nos Estados Unidos da América. Tanto a decisão liminar proferida quanto o despacho de que ora se cuida revelam a preocupação do d. magistrado em maximizar a efetividade da tutela jurisdicional.

Como resultado de novas diligências realizadas, verificou-se que atualmente o grupo econômico Twitter conta com filial brasileira, denominada TWITTER BRASIL REDE DE INFORMAÇÃO LTDA., com domicílio na cidade de São Paulo (doc. anexo).

Diante do novo quadro, impõem-se alguns ajustes à demanda inicialmente formulada, possíveis diante da ausência de citação à parte ré, conforme autoriza o artigo 264 do Código de Processo Civil.

Cabe salientar que todos os fatos narrados na exordial permanecem rigorosamente os mesmos, e igualmente imputáveis ao grupo econômico Twitter. Face à existência de empresa nacional do grupo econômico em tela, contudo, contra ela a presente demanda deve se voltar¹.

Forçoso reconhecer, dessarte, a necessidade de substituição no polo passivo de TWITTER BRASIL REDE DE INFORMAÇÃO LTDA. (com domicílio à Avenida Bernardino de Campos, nº 98, 3º andar, Paraíso, São Paulo, CEP 04004-040, SP, conforme documento anexo).

Tal medida prestigia a celeridade e economia processuais e a efetividade da prestação jurisdicional, além de não acarretar qualquer prejuízo de ordem processual ou material às partes², dado estágio em que se encontra a presente lide.

¹ Forte no artigo 100, IV, do CPC.

² Artigo 244 do CPC.



SENADO FEDERAL
Advocacia

À exceção do item 2.5 da peça vestibular (que trata da notificação eletrônica da concessão da medida liminar e da carta rogatória), deve subsistir o quanto assentado na petição inicial.

Como frisado acima, os fatos permanecem os mesmos, devendo apenas a empresa nacional integrar o polo passivo.

Nessa perspectiva, os substanciosos fundamentos da decisão liminar proferida que concedeu parcialmente a tutela antecipada não de permanecer válidos. Diante do novo quadro, todavia, os pedidos são direcionados à empresa nacional e, por conseguinte, o mesmo deve se suceder com as respectivas decisões judiciais.

2. Conclusão

Em face do exposto, requer:

a) a substituição da empresa TWITTER BRASIL REDE DE INFORMAÇÃO LTDA. no polo passivo da demanda;

b) a confirmação da tutela antecipada *inaudita altera part* contra a empresa TWITTER BRASIL REDE DE INFORMAÇÃO LTDA. para determinar que:

b.1) proceda à imediata remoção do perfil <http://twitter.com/JoselitoMuller3> (@JoselitoMuller3);

b.2.) efetive a quebra do sigilo do responsável pela criação do perfil acima indicado, em especial os respectivos endereços IP (Internet Protocol), com a consequente remessa das informações confidenciais do usuário ao d. Juízo, a fim de que seja, posteriormente, promovida a responsabilidade cível e criminal do infrator;

b.3) a cominação de multa diária em caso de descumprimento pela ré de decisão antecipatória da tutela.

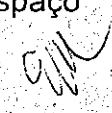
b.4) divulgar no perfil social em epígrafe a nota elaborada pela Senadora, em anexo, para exercício do seu direito de resposta, pelo mesmo período de tempo que a falsa notícia constou do sítio eletrônico de responsabilidade da ré;

c) a citação da ré TWITTER BRASIL REDE DE INFORMAÇÃO LTDA. para que, querendo, conteste a demanda, sob pena de revelia;

d) a condenação da parte ré aos ônus sucumbenciais;

e) que as notificações e intimações sejam feitas em nome dos Advogados do Senado Federal: Dr. Alberto Machado Cascais Meleiro (OAB 9.334/DF), Dr. Rômulo Gobbi do Amaral (OAB 31.995/DF), Dr. José Alexandre Lima Gazineo (OAB 8710/BA), Dr. Fernando Cesar Cunha (OAB 31.546/DF).

f) sejam, ao final, julgados totalmente procedentes os pedidos, confirmando-se a tutela antecipada, a fim de remover em caráter definitivo o conteúdo ilegal da rede social, determinar a remessa ao juízo dos dados cadastrais do usuário envolvido na fraude, em especial o respectivo endereço IP (*Internet Protocol*) e disponibilizar no perfil social em epígrafe espaço para exercício do direito de resposta da autora.



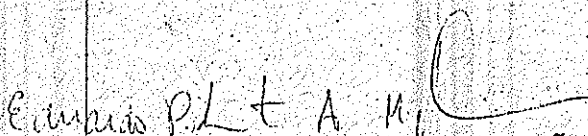



SENADO FEDERAL
Advocacia

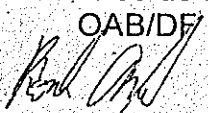
Protesta provar os fatos narrados pela prova documental anteriormente juntada aos autos, assim como pelas demais provas admitidas no ordenamento jurídico.

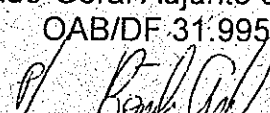
Nesses termos, pede deferimento.

Brasília, 30 de julho de 2013.


EDUARDO PEDROTO DE A. MAGALHÃES
Advogado do Senado Federal
OAB/RJ 147.769


FERNANDO CESAR CUNHA
Gestor do Núcleo de Processos Judiciais
OAB/DF 31.546


RÔMULO GOBBI DO AMARAL
Advogado-Geral Adjunto do Senado
OAB/DF 31.995


ALBERTO CASCAIS
Advogado-Geral do Senado
OAB/DF 9.334

Rômulo Gobbi do Amaral
Advogado-Geral Adjunto